

LIBERTAÇÃO DA IDEOLOGIA: A PERSPECTIVA DE ENRIQUE DUSSEL SOBRE A HISTÓRIA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Lucelmo Lacerda*

DUSSEL, Enrique. *Teologia da Libertação: um panorama de seu desenvolvimento*.
Tradução de Francisco da Rocha Filho. Petrópolis-RJ, Vozes.

Enrique Dussel nasceu na Argentina, em 1934. Entre 1953 e 57 se gradua em filosofia e em 1959 recebe o doutoramento em filosofia pela Universidad Complutense de Madrid, na Espanha. Na década seguinte se doutora em Teologia e História pela Universidade Sorbonne e recebe um título de Estudos da Religião pelo Instituto Católico de Paris.

Em 1968 volta à Argentina e passa a lecionar na Universidad Nacional de Cuyo, lá desenvolve suas reflexões e formula sua teoria da Filosofia da Libertação. Engajado, passa a ser perseguido pela ditadura, em 1973 sofre um atentado à bomba, é expulso da Universidade em que dá aula e seus livros são proibidos por seu caráter marxista.

Dussel então se radica no México, onde passa a lecionar na Universidad Autónoma Metropolitana, unidade de Iztapalapa (1975) e na Universidad Nacional Autónoma de México (1976). Sua reflexão se dá nos campos da História, Teologia e principalmente da Filosofia.

O livro possui três capítulos, o primeiro, *Ideologia e História da Teologia*, em que o autor trata de pontuar como vê a teologia, trabalhando com uma noção de ideologia como falsa consciência, como “representação que na função prática oculta a realidade” (p. 12).

Ao tratar dos primeiros cristãos, demonstra como seus escritos são claramente de-sideologizantes, posto que sua base social era dos estratos sociais desprezados. Mas demonstra como, aos poucos, a Igreja assume o pensamento helenístico e suas formulações encobridoras das contradições sociais, primeiro das estruturas imperiais e depois monárquicas e feudais, chegando, pois, à defesa da democracia liberal.

A partir dessa perspectiva aponta a dificuldade de uma teologia da libertação a partir do centro do capitalismo, uma vez que o mesmo possui uma tendência dificilmente escapável de camuflar as contradições entre centro e periferia, tendendo antes a encarar essa contradição como acidental e circunstancial.

No segundo capítulo, *História da Teologia na América Latina I*, Dussel trabalha as cinco primeiras épocas da teologia do continente latino-americano. Na primeira, desde 1511, denominada *Teologia profética entre a conquista e a evangelização*, aparece, para o autor, como a primeira *Teologia da Libertação* - TL. É em 1511 que Antonio de Montesinos faz seu primeiro discurso profético em defesa dos indígenas, ouvido por Bartolomeu de Las Casas, que converter-se-á a esta causa em 1514.

Para Dussel “Essa conversão profética poderia ser considerada como o nascimento da *teologia da libertação latino-americana*” (p. 26; grifo do original), embora composta também por outros agentes.

Nessa primeira TL não havia um acento acadêmico na formulação, uma vez que não havia centros de estudo na América Latina, mas seu momento político, voltado para a ação era deveras acentuado. Las Casas não só refuta as ideologias de justificação de *guerra justa* contra os indígenas e da escravidão destes como aponta larga justificação de uma *guerra justíssima* dos nativos contra os “conquistadores”.

Lemos, já no primeiro capítulo, a forma de operacionalização do conceito de ideologia por Dussel. Para ele, como dito, a ideologia é o mecanismo de encobrimento das contradições sociais. Toda teologia de desvelamento dessas contradições ele denominará de Teologia da Libertação, ainda que não compreenda os aspectos teológicos que compõem a Teologia da Libertação contemporânea¹. Por outro lado, ele mesmo não aborda as contradições dos “libertadores” que louva, como Las Casas. Nesse sentido, podemos dizer que diante de tão restrito conceito de ideologia, ele próprio se faz ideológico para valorizar a historicidade da Teologia da Libertação.

A segunda época, *A teologia da cristandade colonial (1553-1808)*, é quando surgem os institutos teológicos no continente e uma teologia profundamente ideológica, isto é, encobridora da realidade, chegando, na melhor das hipóteses, a expressões reformistas. A mais avançada posição dessa geração de teólogos é a reflexão teórica sobre a propriedade guarani, que depois irá permitir a formação das reduções paraguaias.

A terceira época, *Segunda Teologia da Libertação. Teologia revolucionária diante da emancipação contra a Espanha e Portugal (desde meados do século XVIII)*. Segundo Dussel “na segunda parte do século XVIII surge *explícita* uma nova *teologia da libertação*. Mas as pessoas que proferem essa teologia são os indígenas, os *criollos* contra seus antigos mestres de cristianismo: contra os espanhóis e portugueses” (p. 34; grifo do original).

Remete-se especificamente a Túpac Amaru e a diversos padres que se juntaram nos esforços de independência. Esforço não somente feito com suor, mas com sua reflexões e suas formulações do propósito independentista na linguagem da fé. A teologia

da cristandade, que justificava o poder do Rei, agora se volta contra ele desvelando a exploração que a condição colonial representava.

A quarta época, *A teologia neocolonial na defensiva (até 1930)* é marcada pela aceitação pelo Papa Gregório VI, da emancipação neocolonial, em 1831 e pela crise das oligarquias neocoloniais.

Por um lado, o Concílio Vaticano I e seus teólogos exercem forte influência sobre a Igreja da América Latina, acentuando o processo de romanização e do desenvolvimento de um conservadorismo tradicionalista, agrário, por outro, as elites caminham rumo ao positivismo e, em alguns países, a um anticlericalismo.

A quinta época, *A Teologia da “Nova Cristandade” (desde 1930)*, trata do período do desenvolvimento da Ação Católica e do “Populismo” na América Latina. Teologicamente, a mudança fundamental é de uma postura tradicional-agrária para uma abertura para o *ethos* burguês, construindo uma teologia do desenvolvimento.

A ascensão do populismo em quase todo o continente, para Dussel, representa o fim do liberalismo militante, positivista e abre espaço para uma nova aproximação entre a Igreja e o Estado, e a teologia da Ação Católica legitimou o estado populista.

Para o autor, a justificação do estado populista por parte dessa teologia, fundamenta o dualismo das ordens, a sagrada, de domínio da Igreja e a temporal, de domínio do estado, sem recusa de parceria com a Igreja. A Ação Católica era interclassista (para Dussel, assim exigia o populismo) e sua crítica ao estado era sempre como exigência de poder para a Igreja, no que realmente houve sucesso.

Com a Igreja tendo maiores estruturas, irromperam diversos centros de estudo na América Latina, tais como Bogotá, Lima, Rio de Janeiro, São Paulo, Medellín, Quito, Guatemala, Buenos Aires e Córdoba, entre outros.

Também surgem os movimentos bíblico e litúrgico em todo o mundo, inclusive na América Latina, que desembocarão em modificações da Igreja no Concílio Vaticano II.

O terceiro capítulo, *História da Teologia na América Latina II*, é a descrição da sexta e atual época da teologia, dividida em cinco períodos. No primeiro, *Da Teologia européia à latino-americana (1959-198)*, há dois fatos fundantes: o primeiro é a Revolução Cubana e o segundo é a convocação do Concílio Vaticano II, que iria modernizar a Igreja Católica, ambos em 1959.

Três linhas avançam: a colegialidade episcopal, gerando uma nova postura nos bispos; a relação dos jovens com a política, na própria Ação Católica (já em crise) e um desenvolvimento de uma nova relação entre fé e política.

O período começa influenciado pela Teologia da Revolução européia e se junta com a experiência latino-americana. Marcantes foram a aspiração de pobreza pela Igreja e

a experiência classista da Juventude Operária Católica - JOC, para que começasse a se desenvolver uma nova linha teológica autóctone.

Dussel também remonta variados eventos de reflexão teórica teológica, mas antes de discorrer precisamente sobre esse período, o livro passa rapidamente pelas causas do fracasso da Ação Católica, apontando o fim do populismo como o principal deles e fala como esse processo aconteceu em alguns países. Em relação ao Brasil afirma “A derrubada de Vargas no Brasil (que se suicidou por não poder resistir à pressão do embaixador norte-americano)” (p. 51). O autor comete um equívoco pontual, mas significativo, quando trata do Brasil, o que ocorre ainda outras vezes, a primeira, no que tange ao período subsequente, em que o autor lembra o processo de radicalização da Juventude Universitária Católica – JUC, que acabou criando a Ação Popular, que Dussel chama equivocadamente de “um pequeno partido político” (61), quando na verdade se trata de um movimento popular não atrelado à Igreja e de caráter marxista-leninista. E a segunda, na data de eleição que marca a hegemonia da TL na CNBB, a data apontada pelo autor, 1968, para essa eleição, está equivocada, Dom Lorscheider foi eleito somente em 1974.

No segundo período, *Formulação da Teologia da Libertação (1968-1972)*, Dussel vai tratar dos elementos teóricos que contribuem para sistematização da TL. São os principais: a Teoria da Dependência, as concepções pedagógicas de Paulo Freire, incorporadas como prática social no MEB, o método da JOC, ver-julgar-agir e a tese gramsciana da prioridade da ação, isto é, de que reflexão crítica é um momento segundo da teologia, posto que a práxis a ela se antepõe como prioritária.

Começam a surgir várias publicações e eventos que darão os primeiros contornos da TL. A discussão do pobre como povo ou como classe aparece em seu interior, sendo que esta era majoritária, centrando-se na contradição capital\trabalho, enquanto aquela (da qual Dussel comunga) tentava antepor mais a relação dependência\independência, aproximando a burguesia nacional.

O terceiro período, *A Teologia da “Igreja dos Pobres” no cativeiro e no exílio (1972-1979)*, é aquele em que o autor trabalha o processo de reação à TL em um duplo movimento. Dentro da própria Igreja latino-americana, a XIV Assembléia do Conselho do Episcopado Latino-Americano, com a Eleição de Dom López Trujillo marca um processo de oposição à TL que iria se articular não somente no continente, mas em todo o mundo. Na sociedade, o advento do militarismo marca dura perseguição à TL.

Por outro lado, a Teologia da Libertação também ganha o mundo e organiza-se a Conferência de Teólogos do Terceiro Mundo, que vai expandir a TL a outras realidades do mundo periférico. Do ponto de vista teológico surge uma cristologia inovadora a partir de Leonardo Boff, passando por Jon Sobrino enquanto Clodovis Boff defende sua tese de doutorado que trata especificamente do método para a produção teológica.

Na descrição deste período, Dussel afirma que a Igreja do Brasil, institucionalmente, vai assumir a Teologia da Libertação a partir da eleição de Dom Aloísio Lorscheider como presidente da CNBB.

O quarto período *A Teologia latino-americana diante da revolução centro-americana e os novos ataques (desde 1979)* é aquele marcado pela revolução da Nicarágua, com grande participação de cristãos e a situação explosiva de El Salvador.

Na Igreja aumenta a contradição entre as correntes mais próximas das elites e outras que aprofundam seu compromisso com os pobres. Especial oportunidade de confronto desses contraditórios foi a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Puebla, México, 1979, em que se deu à chamada *Batalha de Puebla*. Onze anos antes, a II Conferência, em Medellín, Colômbia, havia garantido as posições libertadoras como posições oficiais da Igreja no continente. Mas em Puebla os conservadores contavam com o apoio do Vaticano que interviu proibindo os teólogos libertadores de participar, impedindo discussões e fazendo admoestações públicas à TL.

Parte da Igreja Centro-americana afirma compromisso com a revolução e começa uma orquestração mundial contra a TL, seus principais agentes são o governo dos EUA, especialmente a CIA e o Vaticano.

Do ponto de vista teológico, a principal inovação da TL foi à inclusão teórica de novos explorados como sujeitos da história e da teologia, tais como os negros, as mulheres, os deficientes físicos, os homossexuais, entre outros.

O quinto período *Desde a “Instrução” romana de 1984* é marcado pela ofensiva do Vaticano sobre a Teologia da Libertação, em parceria com os conservadores do continente.

O Vaticano decide condenar a TL através de um de seus ícones, o peruano Gustavo Gutiérrez, através da conferência de bispos de seu país. O intento é frustrado e Roma parte então para condenar Leonardo Boff e utilizam uma estratégia para burlar a CNBB e levar a questão ao Vaticano, onde Boff é inquirido na mesma semana em que foi publicada a *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*, condenando veementemente o marxismo como mediação analítica e criticando duramente a TL.

Dussel termina sua obra apontando perspectivas e novos desafios da TL, que acredita ser resistir à ofensiva romana e articular os variados projetos políticos que compõem as mobilizações sociais.

O livro de Dussel deve se entender, não é somente um livro sobre a Teologia da Libertação, mas sim uma obra que participa do processo de construção da Teologia da Libertação e que não nega esse caráter. Se pensarmos em um conceito de ideologia diverso daquele utilizado por Dussel, adotando uma concepção gramsciana, chegamos à

conclusão que o livro ora resenhado é um livro ideológico, instrumento de luta na América Latina, cuja ideologia é a libertação e a partir do projeto liberacionista é vista toda a realidade.

Se, apontamos alguns erros na obra, não é para considerá-la sem valor, mas para afirmar a insuficiente revisão do texto que, por questões pontuais, pode colocar em risco a credibilidade de uma obra de tal importância, resultante de uma séria pesquisa de um grande intelectual.

Recebido em março/2008; aprovado em maio/2008.

Nota

* Doutorando no programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP com a tese intitulada *Renovação Carismática Católica e Política Partidária no Brasil* sob orientação do prof. Dr. Eliane Gouveia. E-mail: lucelmo@gmail.com